

RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: A SUPERAÇÃO DOS PAPÉIS TRADICIONAIS COMO DESAFIO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E O PAPEL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Mailiz Garibotti Lusa

Universidade Federal de Alagoas

E-mail: mailizluz@yahoo.com.br

Resumo: O artigo trata sobre as relações de gênero no contexto rural e suas implicações para o atendimento no nível de proteção básica da Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva profissional do Serviço Social. Visa analisar como a reprodução dos tradicionais papéis de gênero interfere no atendimento dos direitos sociais no contexto rural. Fundamentado na perspectiva crítico dialética, com abordagem qualitativa, sua elaboração baseia-se em levantamento bibliográfico, documental e empírico, sendo o último realizado com assistentes sociais que trabalham em dois Centros de Referência de Assistência Social - Rural (CRAS-Rural), do agreste alagoano. Em seu desenvolvimento aborda a construção dos papéis de gênero no campo, a cotidianidade das famílias rurais e suas implicações na efetivação do direito à Assistência Social. Indica a permanência da tradicional cultura patriarcal, que mesmo erodida pelas conquistas feministas, representa um desafio para a execução da proteção social básica e, portanto, para a garantia de alguns direitos sociais no campo.

Palavras-chave: Gênero; Rural; Proteção Social; Serviço Social.

Abstract: This article discusses gender relations in the rural context and its implications for the National Social Assistance Policy. It aims at examining how the reproduction of traditional gender roles interferes in the provision of social rights in the rural areas. Based upon a Marxian and qualitative approach, this article was written using the following sources: documents, review of literature and interviews with social workers who develop their professional activities in the two Centros de Referência de Assistência Social Rural in the Alagoas state's countryside. The article analyzes the construction of gender roles in rural areas, the rural families' daily life and its implications for benefitting from the social assistance programs. It also indicates that in spite of the women's advances it still persists the traditional patriarchal culture, which represents a challenge for the implementation and assurance of certain rights in the rural areas.

Keywords: Gender; Rural; Social Protection; Social Work.

1. Introdução

As relações de gênero no atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira foram significativamente modificadas pelas conquistas dos movimentos feministas. Para Cisne e Gurgel (2008, p. 70),

[...] o feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos.

Todavia, ainda evidencia-se a desigualdade de condições de acesso aos recursos totalmente produzidos por homens e mulheres e a persistência na determinação dos papéis de gênero, ambos baseados na tradicional dominação masculina sobre a mulher.

No contexto rural esta situação não se diferencia. Na verdade, geralmente aprofunda-se, uma vez que o “tradicional” do modo de vida, de trabalho e das relações sociais é a marca mais forte neste espaço. Os efeitos da tradicional desigualdade de gênero perpassam desde o estabelecimento de uma falsa, ou pelo menos frágil, autonomia das mulheres camponesas, até o estabelecimento de um padrão de acesso aos direitos sociais operado exclusivamente pelas mulheres, em nome de suas famílias, o que – frequentemente – ao contrário de promover autonomia, tem reforçado o papel social do “cuidado” atribuído à mulher.

É sobre este tipo de acesso e suas implicações para o atendimento no nível de proteção básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) que trata este trabalho, com o objetivo de discutir como os tradicionais papéis de gênero interferem no atendimento dos direitos sociais no contexto rural.

Coloca-se em questão – sem a intenção de apontar respostas – o fato de que a forma como os serviços de atendimento da PNAS (2004) estão sendo prestados, reforçam a dimensão sócioassistencial do atendimento, deixando lacunas na dimensão socioeducativa e ideopolítica. Considerando que as três devem estar articuladas, mas que a ausência das duas últimas repercute diretamente na construção da autonomia, entende-se que no atual desenho da PNAS (2004) há um comprometimento justamente da diretriz ora apontada.

2. Mulher, pobreza e campo: o contexto

2.1 Tópicos do tradicional debate de gênero e a persistente ausência de autonomia das mulheres no campo

Os debates sobre as relações de gênero chegaram em meados dos anos 1970 na academia, marcando um terreno fértil de discussões, estudos, aprofundamentos e ações, todos mobilizados pelas intensas demandas por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, pelo acesso justo e equitativo a bens, recursos, trabalho e renda entre eles, pelo reconhecimento e legalização de direitos e políticas públicas afirmativas para as mulheres, entre outras. Desde então, minaram propositivamente muitas áreas de conhecimento e, também, profissionais – como por exemplo, nas áreas das engenharias e nas ciências duras –, gerando transformações nas relações de gênero na academia e na sociedade.

Embora seja gradual no que tange seus avanços, este movimento de conquistas e de transformações, visto hoje desde os seus quase 50 anos, não ocorreu de forma homogênea. Também não ocorreu sem conflitos. Pelo contrário, as marcas dos confrontos ideológicos, culturais, políticos, sociais e econômicos vão se evidenciando em cada um dos acirrados debates acadêmicos sobre as diversas determinações das históricas desigualdades de gênero.

Neste período, um tanto quanto recente, o debate trazido por Joan Scott (1995) provocou um rompimento com dadas concepções e passou a ser considerado um marco do debate. Sua análise histórica sobre a construção social das relações entre homens e mulheres, denunciando as estratégias de reprodução da dominação através da cultura patriarcal, passou a orientar pesquisas e discussões em relação à mulher e aos feminismos.

A categoria relacional, social, histórica e cultural denominada “gênero” passou a compor as investigações e ações políticas críticas dentro e fora da academia, marcando, ora de forma transversal, ora de forma objetiva, os tradicionais debates profissionais – algumas áreas contando com maior resistência, reconhece-se.

À época deste grande marco no debate, Scott (1995) indicava que a categoria gênero havia sido utilizada, até então, para aludir à identificação gramatical dos objetos, substantivos e sujeitos “masculinos e femininos”, tendo por base a definição histórica dos traços sexuais. Todavia, em fins do século XX a autora já apontava que o uso da categoria passou a enfatizar o caráter social das distinções entre homens e mulheres. Será especificamente este segundo

sentido dado à discussão de gênero que inaugura o seu diferencial como categoria analítica, colocando-a como marco histórico das lutas feministas, das pesquisas acadêmicas e das transformações societárias. Eis, portanto, que a categoria analítica vem denunciar a lacuna entre as teorias até então existentes, abrindo novas possibilidades para pensar os homens e mulheres nas sociedades e, em especial, na sociedade capitalista ocidental.

Era preciso repensar a mulher na história, o que exigia reconstruir ou criar uma “nova história de mulheres e homens”, transformando paradigmas, inclusive, científicos e disciplinares, urgindo a tarefa de contextualizar e compreender – também temporalmente – as construções acerca dos significados culturais das relações de gênero nas diferentes culturas, conjunturas sociais, econômicas, políticas e históricas. Tarefa que não eximia a imperiosa análise histórica sobre os significados “funcionais” da manutenção dos papéis tradicionais de gênero a cada sociedade (SCOTT, 1995).

Assim, revelava-se criticamente a função da cultura patriarcal, machista e heteronômica para manutenção da organicidade social, que perpassou desde os princípios da vida em sociedade, a partir de uma visão funcionalista sobre a mulher e a família, baseada no patriarcado, e em cuja rigidez foi redobrada a partir da ascensão do capitalismo em sua fase industrial, e mantida sob os mesmos determinantes até seu atual estágio de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011), fortemente expressa pela crise do capital fetiche (IAMAMOTO, 2008).

Uma das principais colaborações dos debates com base na categoria “gênero” foi o reconhecimento de que, como em todas as relações sociais, também as relações de gênero são fundamentadas no exercício do poder, o que requisita a identificação dos históricos e desiguais papéis conferidos a homens e mulheres na sociedade. Segundo Scott (1995, p.86), as relações de gênero “têm duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados”, gerando, por esta mesma diferenciação – desigual – uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Ora, a questão do poder patriarcal exercido pelo homem sobre a mulher sempre esteve presente nas discussões feministas, porém, atualmente esta discussão questiona como se constroem historicamente as relações de poder, perpetuando as desigualdades de gênero. Este debate levou autores como Louro (1997, p. 38) a afirmar que “[...] em termos de poder, não haveria nada pré-estabelecido, pois o poder é algo relacional, isto é, envolve dois ou mais núcleos opostos-complementares”. Assim, numa análise histórica-dialética sobre os estudos de gênero e as transformações na sociedade decorrentes deles, reafirma-se a significativa mudança de paradigmas de gênero nos mais

diversos setores da sociedade, contextos e conjunturas, bem como nas mais diversas áreas do conhecimento.

Isto não significa necessariamente a transformação do padrão desigual de gênero, já que as diferentes perspectivas de abordagens sobre gênero produzem também diferentes efeitos. No caso da perspectiva crítica dialética, a denúncia das desigualdades de gênero e da exploração e violências praticadas contra a mulher está diretamente articulada a sua funcionalidade no que tange a manutenção do capitalismo. Mesmo diante da denúncia de que a questão de gênero trata-se de uma questão estrutural do capitalismo - o que faz a perspectiva crítica histórico-dialética -, as transformações produzidas ainda são incipientes.

Este tipo de transformação pode ser percebida no contexto rural brasileiro, segundo as características e demandas do modo de vida e de trabalho no campo. Naquele espaço, especialmente nas famílias de agricultores pauperizados, tais mudanças ocasionam não apenas o surgimento de uma nova sociabilidade entre homens e mulheres, mas também o surgimento de novos paradigmas de ruralidade, onde a mulher passa a assumir papéis diferentes no âmbito da reprodução social, embora continue mantendo boa parte das tarefas profissionais.

Albuquerque (2013) trata do assunto quando discute a “mulher do migrante no semiárido de Alagoas”. Para o autor, com o deslocamento sazonal do sertanejo para as áreas canavieiras daquele estado, ou mesmo de outros do nordeste e também de outras regiões brasileiras, as mulheres têm seus cotidianos transformados no tocante as suas tarefas, às suas responsabilidades e ao seu papel social no âmbito público e privado.

Muito embora reconheça-se a ocorrência de tais modificações, adverte-se que as mesmas não ocasionam transformações estruturais nos tradicionais e desiguais papéis de gênero no espaço rural do semiárido. A razão, possivelmente repousaria na forte impregnação da cultura patriarcal e machista que é comum à cultura ocidental, a qual se faz mais ou menos forte - todavia sempre presente - a depender dos diferentes contextos sociais.

Neste contexto, está se tratando da emergência de um “novo mundo rural”, que adentra no imaginário de homens e mulheres do campo - do sertanejo, do agrestino, do camponês, pequeno proprietário, pequeno arrendatário, proletário rural, ocupante ou assentado da reforma agrária. Todavia, infelizmente, tal modificação na sociabilidade e nas relações de gênero não significa que as desigualdades entre homens e mulheres sejam eliminadas.

As incipientes transformações do tradicional padrão de gênero ocorrem porque as mulheres começam a acessar, frequentemente, um novo patamar financeiro, seja através de pequenas rendas geradas pela venda de seus produtos sem o intermédio do homem - conforme indicam Menezes e Almeida (2013), ou pelo acesso de recursos financeiros através de programas e projetos sociais recebidos em nome da família, conforme indicam diversos estudos no âmbito da assistência social.

Esta constatação, leva a problematizar – numa análise preliminar – o real significado da relativa (e frágil) conquista de autonomia das mulheres rurais. O indicativo seria que, mesmo tendo alcançado uma relativa possibilidade de gestão de um “mínimo financeiro”, as mulheres inseridas naquele contexto persistem na situação de “ausência da autonomia e emancipação política”, como resultado da tradicional cultura patriarcal, bastante arraigada mesmo em pleno século XXI.

Considerando o processo de reconstrução identitária de gênero no campo, isto teria dois possíveis efeitos: a) as dificuldades de reconstrução das suas identidades sociais de gênero; e b) o desafio do estabelecimento de relações de gênero com base na igualdade de oportunidades com respeito às diferenças. Este processo de reconstrução identitária não estaria sendo desencadeado em sua totalidade – e nem parcialmente – pelos profissionais que trabalham com as mulheres, através do atendimento das diversas políticas públicas setoriais, incluindo aquelas da área social.

2.2 Mulheres rurais pobres em Alagoas

Conforme Boni (2005), a construção da identidade da mulher no campo teve e persiste sendo fortemente impregnada pelo patriarcado, qualificando o lugar social e político de mulheres e homens nas relações de produção e nas relações sociais do núcleo familiar rural. Esta mesma constatação foi feita por outros pesquisadores no contexto da agricultura familiar desenvolvida em propriedades rurais de pequeno porte no oeste de Santa Catarina.

Fica reservado ao homem realizar a ligação fundamental com a terra, garantindo a ele o poder de deliberação sobre a produção, a forma de produzir, por quem e quando produzir. Dada esta sua responsabilidade de comando, os méritos financeiros e, portanto, os resultados em termos de capital, quando positivos, ficam reservados a ele. Dada a construção cultural patriarcal do seu papel deliberativo e gerenciador, o homem assume todas as deliberações, inclusive àquelas relativas à nova inversão de divisas na agricultura, seja na

mesma ou em outras atividades produtivas agrícolas, o que pode ser notado a partir da pesquisa de Albuquerque (2013), sobre as mulheres sertanejas, esposas de migrantes - predominantemente para a cana - de Alagoas.

No caso de Alagoas, fazendo um recorte específico para as famílias atendidas por três Centros de Referências em Assistência Social em espaço rural - CRAS-Rural - no estado¹, durante o período do início segundo semestre de 2011 ao final do segundo semestre de 2012, percebeu-se o seguinte perfil: são famílias de indivíduos que vivem do trabalho rural de caráter familiar. Alguns são trabalhadores rurais assalariados em médias e grandes propriedades rurais. Outros são trabalhadores assalariados que migram para trabalhar na região das usinas de cana-de-açúcar na época da safra. Outros ainda são sítiantes (não assalariados, mas meeiros, ou parceiros agrícolas), enquanto poucos são pequenos proprietários rurais ou arrendatários, que retiram poucos recursos para a reprodução social dos pequenos cultivos familiares - horticultura, fruticultura e lavoura de macaxeira, inhame e outros -, destinados predominantemente ao consumo familiar e parcialmente às trocas nas feiras. Há ainda os sítiantes, proprietários de pequenos pedaços de terra, que trabalham em regime de parceria agrícola - integração agrícola - com as empresas fumageiras da região.

O perfil de baixa renda, compartilhado por todos, insere-os como público alvo da proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). A maioria dos atendidos recebem recursos de transferência de renda do Programa Bolsa Família. Outro tipo de recurso financeiro recebido de forma considerável são as bolsas do Programa Pró-Jovem e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Há por último outro benefício que resulta em percepção financeira para essas famílias que é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) prestado a idosos ou pessoas com algum tipo de deficiência impeditiva para o trabalho.

Em seu modo de trabalho está o forte traço familiar, dado que todos os componentes da família - desde adolescentes aos idosos - dispõem sua força de trabalho em, pelo menos, uma das atividades geradoras da renda rural que assegura a reprodução social familiar.

Em seu modo de vida, persistem os fortes traços da cultura patriarcal, expressas tanto no exercício do comando masculino nas decisões familiares, quanto no uso da violência de gênero. Como resultado desta mesma cultura,

¹ Esta pesquisa referenciou o exercício profissional do Serviço Social em dois Centros de Referência de Proteção Social Básica no estado, localizados no espaço rural, quais sejam: CRAS-Rural de Batingas, município de Arapiraca (AL) e CRAS-Rural de Coité do Nóia, no município que lhe empresta o nome. Ambos estão localizados na região agreste de Alagoas, que se configura como semiárido alagoano. Para maiores detalhes, ver Autor (2012-b).

os casamentos ocorrem em idade precoce, especialmente para as meninas, que passam a assumir as responsabilidades de cuidado familiar quando ainda estariam em fase de desenvolvimento infanto-juvenil, o que indica que passam da dominação paterna para a dominação marital.

Boni (2005) e Paulilo (2003) colaboram para esta explicação quando afirmam que a desigual divisão sexual dos papéis nas pequenas propriedades de agricultura associa-se à dominação que permeia desde as relações familiares internas, ou seja, no âmbito privado, até as relações familiares externas (âmbito público), como por exemplo, as relações de herança e propriedade, os arranjos matrimoniais etc.

Em pesquisa na região nordeste, este mesmo perfil é confirmado por Menezes e Almeida (2013), que apontam a partir de uma pesquisa realizada no sertão sergipano que o lugar social da mulher na família e na agricultura camponesa é dado segundo a configuração econômica e política das relações familiares e comunitárias que envolvem homens e mulheres camponesas.

Essa mesma cultura, diga-se de subserviência da mulher em relação ao homem, que marca as diferentes regiões do Brasil, inclusive no espaço rural brasileiro, faz com que praticamente todos os casos de subordinação da mulher e, frequentemente, de violência de gênero sejam acobertados, ou escondidos pela família e pela própria comunidade, pois há uma compreensão coletiva de que tudo que ocorre no âmbito privado – incluindo a dominação masculina e a violência – deve ser resolvido privadamente pela família, ou pelo chefe de família – que no espaço rural ainda permanece sendo essencialmente o homem.

Ora, numa análise dialética dos elementos apontados até o momento, entende-se ser possível afirmar que a pobreza, a violência e a dominação de gênero passam a ser traços que se fundem e consolidam com outros traços do modo de trabalho e produção rural, como por exemplo a “relativa autonomia” atribuída ao processo de trabalho desempenhado pelo agricultor.

Isto ocorre porque, para além desta característica possibilitar identificar-se como classe autônoma, aparentemente independente do capitalista, segundo Martins (2003), também o conhecimento do processo de trabalho rural é transmitido de forma autônoma, assim como o modo de vida e a cultura do campo também tem traços de uma aparente autonomia em relação ao capital. Para garantir esta autonomia, opera-se no cotidiano rural a transmissão cultural dos valores a serem preservados, cujo um dos determinantes fundamentais são as relações de gênero. É neste processo que se funde a autonomia do camponês homem ao exercício de dominação dele para com os demais membros da família (a exemplo da dominação de gênero

já citada), ou trabalhadores diaristas, horistas etc. Todo este processo pode ser observado na região do semiárido alagoano, sendo ele um aporte essencial para a subordinação feminina observada no cotidiano de vida e de trabalho das mulheres atendidas nos serviços de assistência social.

Considerando a situação em que a maioria – quase absoluta – das famílias atendidas por um dos dois CRAS-Rurais recebe algum tipo de benefício assistencial no âmbito da transferência de renda, e que a responsável pelo recebimento e administração do recurso é predominantemente a mulher, estimava-se perceber um avanço no grau de autonomia destas mulheres. Todavia, mesmo recebendo e administrando os recursos, as mulheres continuaram submetidas à deliberação e comando masculinos quanto ao uso familiar deste recurso (DUARTE, 2012).

Portanto, a dominação de gênero persiste no espaço rural alagoano, configurado pela pobreza. Associa-se, assim, diretamente à manutenção da dominação e violência de gênero no mundo rural alagoano com a reprodução da pobreza rural.

Tratados os dois como determinantes sociais na vida das mulheres rurais pobres do agreste alagoano, nota-se que enquanto a pobreza condiciona a classe trabalhadora em sua subalternidade dependente da classe capitalista – do campo e da cidade –, a dominação e violência de gênero operam como estratégias internas e externas de classe, com o simples objetivo do exercício da dominação masculina.

Assim, tanto a pobreza colabora para a manutenção da dominação e violência de gênero, quanto a violência e dominação de gênero colabora para a reprodução da pobreza, uma vez que a última impede a construção da autonomia política, econômica, social e cultural das mulheres do campo e, logo, da classe trabalhadora rural.

3. Pobreza, estado e serviço social: reprodução da dominação de gênero ou construção de autonomia?

Na análise do contexto levantado, percebeu-se visivelmente a relação dialética entre a manutenção da pobreza e da dominação de gênero e a continuidade do processo de exploração capitalista que atualmente se funde entre o espaço rural e o urbano.

Ora, assim como a pobreza é funcional à manutenção da ordem capitalista, também a dominação de gênero o é. Neste sentido, o Estado que tradicionalmente é aliado da classe dominante na manutenção do poder desta

classe, instituiu-se como aparelho de manutenção das relações sociais capitalistas e patriarcais, sempre garantindo a forma mais conveniente ao capital.

Sua atuação objetiva na sociedade ocorre através das políticas sociais operadas direta ou indiretamente por ele. Este Estado, hoje com seu cariz neoliberal e neodesenvolvimentista, atende de forma evidente os interesses do capital quando opera políticas econômicas de redução dos efeitos da crise para o grande capital, ao mesmo tempo em que atende a área social com políticas residuais, focalizadas e regulatórias, cujo fim último é a manutenção de um largo contingente de trabalhadores pobres como consumidores dos produtos do capital.

Isto quer dizer que se passam décadas e o Estado recoloca em sua agenda as mesmas estratégias, já utilizadas há séculos atrás, de aceleração do consumo. A novidade é que, com a justificativa do “Estado Social” – falido antes mesmo de se concretizar no Brasil – e com o debate propositivo das políticas de transferência de renda, o Estado brasileiro toma tais políticas como recurso ideológico de dominação da classe trabalhadora, implementando-as não como políticas redistributivas, mas sim como políticas compensatórias da pobreza e miséria vividas pela classe trabalhadora, que antes retiravam-na da condição de classe consumidora. Em síntese, concordando com Gurgel e Cisne (2008), as políticas sociais tornam-se elementos de dominação de alguns grupos, reproduzindo a lógica da subordinação do cidadão pela via de uma política que, em tese, propõe-se construir autonomia, especialmente para as mulheres.

Considerando que o campo das políticas públicas é o espaço sócio-ocupacional preponderante do exercício profissional do Serviço Social, entende-se que os Assistentes Sociais passam a ser desafiados cotidianamente a operar estas políticas. E seu desafio é executá-las não sob o viés compensatório e de simples inserção da classe trabalhadora no mercado de consumo, mas como políticas viabilizadoras de um direito social que pode promover a construção de autonomia e, conseqüentemente, da emancipação política da classe trabalhadora, levando-a a um movimento de transformação das estruturas societárias que inclua a superação das estruturas patriarcais e de dominação de gênero na sociedade.

Neste sentido, a prestação do atendimento da proteção social básica de assistência social para mulheres rurais empobrecidas adquire um significado importante, pois pode levar ao fortalecimento da mulher da classe trabalhadora, constituindo-a como sujeito político estratégico na superação da ordem capitalista patriarcal. O fato, entretanto, que se verifica é que as

dimensões sócioeducativas e ideo-políticas do atendimento aos usuários não está se efetivando.

Textos em geral, apontam para a construção de uma autonomia política e até mesmo do protagonismo social das mulheres que participam de algum grupo social, grupo produtivo, de militância política ou de movimentos sociais conseguem construir uma esfera de autonomia pessoal bem mais elevada. O mesmo resultado não é observado quando se examina o atendimento às mulheres (e homens) nos marcos das políticas sociais. Tais políticas não tem conseguido produzir, especialmente no âmbito da PNAS (2004), consciência crítica em relação aos tradicionais papéis de gênero, capaz de operar organizações e lutas camponesas mais amplas, tendo em vista a resistência à ofensiva neoliberal.

Já os movimentos feministas e organizações não governamentais apontam, a partir do seu cotidiano de mobilizações, que mesmo em tempos de retração dos direitos, os processos mobilizatórios, de militância e religioso produzem sujeitos políticos que acima de tudo são mulheres, mas também são batalhadoras por uma vida com maior índice de autonomia.

Ora, para eliminar as desigualdades de gênero é preciso trabalhar de forma mais articulada as dimensões sócioassistencial, socioeducativa e ideo-política. Quiçá, a partir desta articulação, teremos sujeitos femininos rurais realmente autônomos e protagonistas sociais, à exemplo daquelas mulheres camponesas que transformaram os seus tradicionais papéis. (ESMERALDO, 2013).

Será que faltaria trabalho político no âmbito do atendimento social?

A resposta preocupante é que os serviços sociais ligados a PNAS (2004) ainda não tem desenvolvido de forma articulada a atenção socioeducativa, sociopolítica e ideo-política, o que indica que é necessário reestruturar a ação profissional do assistente social.

À Guisa de Conclusão

A manutenção da estrutura capitalista exploradora associa-se com a reprodução da cultura patriarcal e, a partir dela, a dominação e violência de gênero.

Ora, a dominação de gênero é funcional à manutenção do capitalismo. Aliás, em tempos de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011; MANDEL, 1982), o fortalecimento da cultura patriarcal e da dominação de gênero são recriadas como mais uma dentre as estratégias do capital para superar a sua crise.

Isso porque a manutenção da cultura patriarcal oferece algumas das bases para a exploração da força de trabalho, tanto quanto a dominação de gênero corrobora para a dominação da classe trabalhadora. Isto ocorre porque tanto a cultura patriarcal, como sua consequente dominação de gênero, incidem diretamente no desenvolvimento de relações de poder entre homens e mulheres, servindo este exercício de poder para garantir o comando, inclusive, das relações sociais de produção que sustentam a acumulação desigual de capital.

Ao se observar o âmbito do atendimento da Proteção Social Básica de Assistência Social, notou-se no diálogo com as profissionais do Serviço Social como a manutenção da dominação tradicional de gênero dificulta muitos atendimentos, uma vez que “maquia” a realidade social da pobreza, da violência de gênero, da exploração da trabalho e de outras formas de exploração.

Esta situação desafia as profissionais, que veem-se no dilema entre reconhecer, tomar como objeto de atuação e, portanto, intervir no âmbito familiar tradicional e culturalmente considerado como ‘esfera restrita ao privado’ e, por outro lado, respeitar a construção cultural histórica das relações sociais aí estabelecidas, sem que isto signifique o “não-atendimento”.

Deve o profissional considerar que a cultura patriarcal e a tradicional dominação de gênero acabam perpetuando-se e naturalizando-se no cotidiano de vida e de trabalho através de padrões de comportamento, sendo difícil desconstruí-los, embora as várias transformações da contemporaneidade provoquem uma nova forma de pensar, agir e ser. Esta cultura compromete as próprias diretrizes gerais do atendimento da PNAS/2004, que visa a construção de autonomia dos sujeitos de direito, além de comprometer objetivamente a concretização do projeto ético-político profissional, que aponta para a elaboração e fortalecimento de estratégias que possibilitem a construção da autonomia e emancipação política da classe trabalhadora – sujeito central no que tange a defesa pelo Serviço Social dos interesses de classe.

Neste sentido, entende-se que, embora seja desafiador o exercício profissional voltado para a construção de outra forma de sociabilidade contrária à cultura capitalista e patriarcal, é imprescindível que o exercício profissional junto à proteção social básica prestada no espaço rural se oriente nesta direção.

Questões como a divisão sexual do trabalho na agricultura; a dominação de gênero fundada na titulação masculina da propriedade da terra e na administração dos bens e da produção; assim como o matrimônio e a dominação e violência de gênero resultantes dele, são intrínsecas à vida da mulher no campo.

A superação desta situação adentra na modificação das relações de gênero a partir de ações emancipatórias praticadas, inclusive pelo Serviço Social no seu processo de trabalho junto às mulheres rurais empobrecidas. Isto porque entende-se que colocar-se na defesa dos interesses da classe trabalhadora, promovendo a construção da autonomia e emancipação política desta classe, significa assumir a tarefa de eliminar cada uma das determinações da sociabilidade capitalista que aprisionam homens e mulheres, tal como a cultura patriarcal e a violência e dominação de gênero.

Para assumir esta tarefa requisita-se aprofundar o debate sobre gênero, inclusive na formação profissional e transversalizar esta discussão em todas as ações que envolvem o processo de trabalho do assistente social. Certamente não é tarefa fácil, mas se assumida coletivamente aumentara as possibilidades de transformação da atual realidade de pobreza, desigualdade social e dominação de gênero no campo. O atendimento na proteção social básica de assistência social pode ser um excelente desencadeador desse processo.

Referências

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: ALMEIDA, Luís Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos. *Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013.

BONI, Valdete. *Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina*. [Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina: 2005. [99 pp.]

CAVALCANTE, Maria José; AMARAL, Heloísa Muniz do. O jeito mulher de lutar pela terra. In: ALMEIDA, Luís Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos. *Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013.

CISNE, Mirla, GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. In: *SER Social*. V.10, N. 22. Brasília, jan./jun. 2008. p. 69-96.

DUARTE, Karina Lima. *Entre possibilidades e contradições no espaço rural: o exercício profissional do Serviço Social no CRAS - Rural de Batingas, em Arapiraca, Alagoas*. 2012. Curso de Serviço Social - Universidade Federal de

Alagoas [Trabalho de Conclusão de Curso].

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político*. Niterói (RJ): Alternativa, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad.: Francisco Raul Cornejo [et. al.]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político*. Niterói (RJ): Alternativa, 2013.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: ____; SCHMIDT. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. pp.183-210.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*. V. 20, N. 2. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, jul/dez, 1995. pp.71-99.